

Leis



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

LEI MUNICIPAL Nº 2.873 DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024.

Institui o Programa de Parcelamento incentivado - PPI 2024, e dá outras providencias.

AUTORIA: Poder Executivo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VALENÇA, Estado da Bahia:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPITULO I
DO PROGRAMA ESPECIAL DE PARCELAMENTO INCENTIVADO
DE DÉBITOS - PPI 2024**

Art. 1º. Fica instituído o Programa Especial de Parcelamento incentivado de Débitos - PPI 2024, destinado a promover a regularização de dívidas com o Município, decorrentes de débitos tributários e não tributários, constituídos ou não, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, de acordo com as condições previstas nesta Lei.

§ 1º. Não poderão ser incluídos neste PPI os seguintes débitos:

- I. os decorrentes do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, quando retido e não recolhido pelo contribuinte na condição de substituto tributário;
- II. os referentes aos créditos não tributários, não inscritos em Dívida Ativa;
- III. os referentes aos créditos não tributários, inscritos em Dívida Ativa:
 - a) de natureza contratual;
 - b) relativos a indenizações devidas ao Município por dano causado ao seu patrimônio;
 - c) decorrentes de multas de trânsito, ressarcimentos e multas aplicadas pelo Tribunal de Contas do Município -TCM.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

§ 2º. Este Programa será administrado pela Secretaria Municipal da Fazenda, ouvida a Procuradoria-Geral do Município, sempre que necessário, observado o disposto em regulamento.

Seção I Da Adesão ao Programa

Art. 2º. A adesão ao Programa será efetuada por solicitação do sujeito passivo, através do portal PPI 2024 disponível diretamente no Departamento de Receita Municipal através de TERMO DE ADESAO, conforme modelo a ser fornecido pela Secretaria da Fazenda, localizada na Rua General Labatut, s/n, Centro.

§ 1º. A consolidação dos débitos incluídos no parcelamento terá por base a data de formalização do pedido de adesão.

§ 2º. A formalização do pedido de adesão ao programa dar-se-á na data da geração do número do parcelamento.

§ 3º. Para formalizar a sua adesão ao programa no portal da SEFAZ deverá o sujeito passivo:

- I. possuir um cadastro ativo no Portal do Contribuinte do Município de Valença, caso ainda não tenha se cadastrado, deverá fazê-lo através do endereço eletrônico indicado por ato do Poder Executivo;
- II. selecionar os débitos;
- III. efetuar a opção de pagamento desejada; e
- IV. emitir o Documento de Arrecadação Municipal - DAM para pagamento.

§ 4º. A formalização do pedido de adesão ao PPI 2024 poderá ser efetuada no prazo de até 180 (cento e oitenta dias) dias a partir da publicação desta Lei.

Art. 3º. A adesão ao PPI 2024, nos termos desta Lei, implica manifestação expressa, em caráter de confissão irrevogável e irretroatável, pelo sujeito passivo, da dívida relativa aos créditos tributários e não tributários nele incluídos, nos seguintes termos:

- I. Reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no art. 174, parágrafo único, da Lei federal nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), e no art. 202, inciso VI, da Lei federal nº 10.406A2002 (Código Civil);

Trav. General Labatut, S/N - Centro - CEP 45400-000 - FAX - (75) 3641 - 8610 - C.N.P.J. 14235899/0001-36 - Valença - Bahia



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

- II. Desistência de eventuais impugnações, defesas, recursos apresentados no âmbito administrativo que discutam o débito, ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam, nos autos judiciais respectivos, além da comprovação de recolhimento de custas e encargos porventura devidos;
- III. Dever de apresentação de autorização para Débito em Conta pela instituição bancária indicada pelo sujeito passivo e credenciada junto ao Município de Valença para este fim;
- IV. Caso não possua uma conta bancária, o sujeito passivo poderá optar pelo pagamento através de boleto bancário, e o parcelamento poderá ser feito em até 10 (dez) vezes.

§ 1º. O PPI 2024 configura novação prevista no inciso I do art. 360 da Lei federal nº 10.406/2002 (Código Civil).

§ 2º. Após a homologação judicial da desistência dos embargos a execução fiscal, o processo de execução fiscal respectivo ficará suspenso pelo prazo do parcelamento deferido, obedecendo-se o estabelecido no art. 922 da Lei federal n. 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

§ 3º. No caso do § 2º deste artigo, liquidado o parcelamento, a Procuradoria Geral do Município informará o fato ao juízo da execução fiscal e requererá a sua extinção, com fundamento no inciso II do art. 924 da Lei federal n. 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

Seção II

Dos Débitos a Parcelar, da Consolidação e da Forma de Pagamento

Art. 4º. Poderão ser parcelados os débitos cujo vencimento original tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2023.

§ 1º. Sobre o valor original dos débitos a serem parcelados incidirão, até a data da formalização do pedido de ingresso no parcelamento, atualização monetária, multa de mora e juros de mora, nos termos da legislação aplicável.

§ 2º. Ficam prescritos os débitos de anos já extintos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Art. 5º. Os débitos objeto de adesão ao PPI 2024 deverão ser agregados, considerando o período de vencimento previsto no caput do art. 4º, e consolidados da seguinte forma:

- I. valor principal, equivalente ao valor original do débito acrescido de atualização monetária;
- II. multa de mora;
- III. juros de mora;

Art. 6º. O valor consolidado dos débitos na forma do art. 5º desta Lei poderá ser pago em, no máximo, 06 (seis) parcelas.

Seção III Dos Benefícios do Programa

Art. 7º. Serão concedidos, conforme a modalidade de pagamento definida pelo devedor no TERMO DE ADESAO, os seguintes descontos:

a) pagamento em parcela única:

1. 100% (cem por cento) do valor total da multa de mora;
2. 100% (cem por cento) do valor dos juros de mora;

b) pagamento em até 03 (três) parcelas mensais:

1. 75% (setenta e cinco por cento) do valor total da multa de mora;
2. 75% (setenta e cinco por cento) dos juros de mora;

c) pagamento em até 06 (seis) parcelas mensais:

1. 60% (sessenta por cento) do valor total da multa de mora;
2. 60% (sessenta por cento) dos juros de mora.

Art. 8º. O montante residual correspondente ao valor dos benefícios tratados no art. 7º ficará automaticamente quitado com consequente remissão parcial e anistia da dívida por ele representada, para todos os fins e efeitos de direito, em proveito do devedor, no caso de quitação do montante do débito consolidado incluído no PPI 2024.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Seção IV Do Vencimento

Art. 9º. O vencimento da primeira parcela ou da parcela única dar-se-á no prazo de 05 (cinco) dias, contados da formalização do pedido de adesão ao PPI 2024, e as demais no dia 10 (dez) dos meses subsequentes, para qualquer opção de pagamento.

§ 1º. A primeira parcela ou parcela única será paga por meio do Documento de Arrecadação Municipal - DAM, que deverá ser impresso no momento da formalização do pedido de adesão ao PPI 2024.

§ 2º. As demais parcelas serão disponibilizadas ao contribuinte mediante:

- I. débito automático em conta corrente, quando cadastrado o código identificador de débito automático constante no DAM da primeira parcela e nos boletos bancários encaminhados mensalmente pela SEFAZ; ou
- II. No ato da adesão do PPI 2024.

§ 3º. Nenhuma parcela poderá ser inferior a:

- I. R\$ 50,00 (cinquenta reais) para as pessoas físicas;
- II. R\$ 100,00 (cem reais) para as pessoas jurídicas.

Seção V Do Atraso no Pagamento

Art. 10. O pagamento após o vencimento de quaisquer das parcelas implicará cobrança dos seguintes encargos:

- I. multa moratória de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, sobre o valor da parcela devida e não paga, até o limite de 10% (dez por cento);
- II. juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Seção VI Da Homologação

Art. 11. A homologação do PPI 2024 dar-se-á com o pagamento da parcela única ou da primeira parcela, para as opções de pagamento previstas nesta Lei, observando o disposto no art. 7º.

Seção VII Do Cancelamento do Parcelamento

Art. 12. O parcelamento será cancelado quando da ocorrência de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas em prazo superior a 90 (noventa) dias, independentemente de notificação prévia.

Parágrafo Único. A exclusão do sujeito passivo do PPI 2024 implica em:

- I. perda dos benefícios previstos, acarretando a exigibilidade do saldo dos débitos tributários e não tributários em aberto, com a incidência da totalidade dos acréscimos legais previstos na legislação municipal, a partir da data de ocorrência dos respectivos fatos geradores, abatidos os valores anteriormente pagos no âmbito do PPI 2024;
- II. imediato prosseguimento das execuções fiscais.
- III.

CAPITULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. A expedição da certidão prevista no artigo 206 da Lei federal n. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) somente ocorrerá após a homologação da adesão ao PPI 2022 e desde que não haja parcela vencida e não paga, bem como outros débitos municipais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VALENÇA

ESTADO DA BAHIA - BRASIL

Art. 14. Não serão restituídas ou compensadas, no todo ou em parte, com fundamento nas disposições desta Lei, quaisquer importâncias recolhidas anteriormente ao início de sua vigência.

Art. 15. Os parcelamentos instituídos em leis anteriores e em andamento, poderão ser cancelados, a pedido do devedor, com os mesmos efeitos indicados nesta Lei, com vistas a adesão deste PPI 2024, conforme o seguinte:

- I. os pedidos de cancelamento de parcelamento em andamento deverão ser formalizados pelo responsável diretamente no Departamento de Receita Municipal, através de requerimento próprio, ou por meio do endereço eletrônico institucional indicado por ato do Poder Executivo;
- II. deve ser indicado no pedido o número do parcelamento que deverá ser cancelado e anexados os seguintes documentos:
 - a) RG e CPF do requerente, quando se tratar de pessoa física;
 - b) contrato social e última alteração, e CNPJ, quando se tratar de pessoa jurídica;
 - c) RG e CPF do procurador e instrumento público ou particular com poderes expressos e específicos, no caso de representação legal.
 - d) formulário disponível no site da SEFAZ, no endereço eletrônico indicado por ato do Poder Executivo, ou formulário físico que possa ser fornecido pela referida secretaria (SEFAZ), localizada na Rua General Labatut, s/nº, centro.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei através de Decreto.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VALENÇA, em 20 de fevereiro de 2024.

JAIRO DE FREITAS BAPTISTA
PREFEITO MUNICIPAL